

EDUCAÇÃO, TRABALHO E PANDEMIA*

Lílian Teixeira Cunha de Resende
Adriana C. Omena Santos

Introdução

O propósito deste capítulo é trazer uma reflexão sobre as condições do trabalho docente, e a sua desvalorização, aspecto que se sobressaiu, durante a pandemia do Covid-19. Traz uma análise da importância do trabalho e sua relação com a educação, a qual torna-se um processo de identidade, e estabelece um conjunto de aprendizagens. Mas que, ao longo dos tempos e no contexto contemporâneo capitalista, o trabalho sofreu consequências que levaram cada vez mais, à precarização.

Educação e trabalho: primeiras reflexões

Sabe-se que o homem é um ser histórico e tem no trabalho a contribuição para contentar suas necessidades por meio das relações sociais. Na concepção de Saviani (2007), apenas o ser humano trabalha e educa, ou seja, ele se distingue dos outros animais pela racionalidade, característica primordial que caracteriza o pensar.

Dessa forma, ainda nas palavras do autor citado, o trabalho e a educação podem ser reconhecidos como atributos humanos e, diferentemente dos animais que se adaptam à natureza, o homem precisa fazer o percurso inverso, ao transformá-la e ajustá-la às próprias necessidades:

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (Marx; Engels, 1974, p. 19).

Saviani (2007) ainda pondera que a existência humana não é garantida pela natureza e, tampouco, corresponde a uma dádiva natural, mas deve ser produzida pelo próprio homem, o que corresponde a um produto do trabalho, ou seja, o ser humano não nasce como tal, e sim se constitui de fato; ademais, não nasce com sabedoria para se produzir como homem, pois necessita aprender tal função e a produzir a própria existência.

Para o autor, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a própria formação, como um processo educativo no qual a origem da educação coincide com a dos seres humanos. Saviani (2007) alega que a relação entre trabalho e educação é, basicamente,

* DOI - 10.29388/978-65-6070-061-1-0-f.94-104

de identidade, em que as relações com a natureza, o homem e a experiência estabelecem um processo de aprendizagem. Nesse caso, educavam-se e educavam as futuras gerações, ação conhecida como modo de produção comunal ou comunismo primitivo e, por não existir divisão de classes, buscava-se a sobrevivência e, como fim, o bem comum. Diante do processo de se educar, a educação se identificava com a vida.

É possível constatar que a educação está presente desde as origens mais primitivas, cuja relação com o trabalho é histórica, com um processo desenvolvido ao longo do tempo e que se aperfeiçoou de acordo com as novas formas de produção; e ontológica, porque resulta da própria produção em suas extensões sociais, políticas e históricas (Saviani, 2007).

Outra autora, Araújo (1998/1999) discorre acerca da relação entre trabalho e educação e explica que o homem se diferencia dos demais seres vivos pela racionalidade, o que lhe permite o atributo primordial: o pensar. Conforme a autora:

O homem, embora sofra limitações em seu ambiente e necessite adaptar-se, por sinal, ele possui a capacidade de transcendê-lo, por meio da consciência que tem das situações que vivência. Portanto, há um movimento dialético entre o ser humano e o mundo; o homem precisa adaptar-se ao mundo, mas, por outro lado, exerce alguma ação sobre o mesmo, isto é, atribui-lhe um sentido (Araújo, 1998/1999, p. 72).

Ainda nas palavras de Araújo (1998/1999, p. 71), “por ser racional, o homem está, existencialmente, comprometido com o conhecimento de si mesmo e com a sua relação com-o-mundo, principalmente, com o mundo de seus projetos”. Desse modo, o processo que relaciona o homem à natureza diz respeito à sobrevivência e à produção da própria vida.

Em um viés contextual, não é possível ao homem viver sem trabalhar e, com o aperfeiçoamento das formas de produção, há a divisão do trabalho com ruptura das comunidades primitivas, ao repartir os homens em classes sociais: proprietários de terras e não proprietários de terras (trabalhadores). Para Saviani (2007, p. 155), a analogia dos proprietários de terras que vivem do trabalho alheio por meio da mão de obra dos trabalhadores é chamada de produção escravista ou exploração do trabalho, na qual a divisão se amplia à educação:

Uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

O mesmo autor nos leva a compreender que a escola surge como a primeira modalidade definida como “lugar do ócio, tempo livre” (Saviani, 2007, p. 155), percepção que se desenvolveu separadamente do processo produtivo e em decorrência da divisão entre trabalho e educação. Com o passar dos séculos, a escola sofreu

mudanças e se tornou a principal instituição educativa, ao atuar como estrutura de dominação mais eficaz. Esse processo de separação, desde a antiguidade, se refere a uma constante na história da educação, em que tais elementos são apresentados sob formas diferentes e peculiares nas seguintes oposições:

A separação entre instrução e trabalho, a discriminação entre a instrução para os poucos e o aprendizado do trabalho para os muitos, e a definição da instrução “institucionalizada” como instituto oratória, isto é, como formação do governante para a arte da palavra entendida como arte de governar (o “dizer”, ao qual se associa a arte das armas, que é o “fazer” dos dominantes); trata-se, também, da exclusão dessa arte de todo indivíduo das classes dominadas, considerado um “charlatão demagogo”, um meduti. A consciência da separação entre as duas formações do homem tem a sua expressão literária nas chamadas “sátiras dos ofícios”. Logo esse processo de inculturação se transforma numa instrução que cada vez mais define o seu lugar como uma “escola”, destinada à transmissão de uma cultura livresca codificada, numa áspera e sádica relação pedagógica (Manacorda, 1989, p. 356).

Saviani (2007), influenciado por Manacorda (1989), garante que, na história das instituições educativas, não se deve afastar nosso olhar das rupturas que, compreensivelmente, se manifestam de maneira mais nítida em suas formas, com a mudança dos modos de produção da existência humana. Depois disso, a relação entre trabalho e educação sofreu novas determinações com o surgimento do modo de produção capitalista:

Com a ruptura do modo de produção antigo (escravista), a ordem feudal vai gerar um tipo de escola que em nada lembra a Paideia grega. Diferentemente da educação ateniense e espartana, assim como da romana, em que o Estado desempenhava papel importante, na Idade Média as escolas trarão fortemente a marca da Igreja Católica. O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes (Saviani, 2007, p. 157).

E essas determinações do modo de produção capitalista impactou diretamente no trabalho exercido pelo professor, o qual o deixou cada vez mais precário ao longo do tempo. E em 2020, com a pandemia do covid19, apenas sobressaiu o descaso com a escola pública brasileira, por parte do sistema.

Precarização do trabalho docente em tempos de pandemia

Temos conhecimento da importância do trabalho para a existência humana, Piovezan (2017) sublinha que, no contexto contemporâneo capitalista, o trabalho sofreu impactos que levaram à precarização. Rosenfield (2011), outra autora que aborda a mesma temática, informa que o trabalho precário é socialmente empobrecido, desqualificado, informal, temporário e inseguro.

O termo “precarização do trabalho” é visto por alguns autores, a exemplo Pochmann (2006) e Antunes (2009), como desestruturação do mercado de trabalho, desemprego em larga escala, perda salarial, flexibilização que pode ser entendida como “liberdade da empresa” para (des)empregar trabalhadores, reduzir ou aumentar horas de trabalho, subdividir a jornada de trabalho em dia e semana convenientes para a empresa, desregulação da legislação trabalhista, entre outros. Inclusive, o vocábulo “precarização” está relacionado ao tempo histórico do processo laboral precário dos últimos anos, como destaca Alves (2007, p. 114-115):

O que chamamos de processo de precarização do trabalho é o processo de diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX [...]. A precarização possui um sentido de perda de direitos acumulados no decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. A precarização é síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho. É o conteúdo do Estado político da decadência histórica do capital.

No que tange à precarização do trabalho docente, Piovezan (2017) aponta que o assunto tem sido estudado no Brasil por pesquisadores da área da educação nos últimos 30 anos, como Assunção e Oliveira (2009), Ferreira Junior e Bittar (2006) e Oliveira (2004). Ferreira Junior e Bittar (2006, p. 1166), inclusive, elucidam que o arrocho salarial foi uma das marcas registradas da política econômica do regime militar:

No conjunto dos assalariados oriundos das classes médias, o professorado do ensino básico foi um dos mais atingidos pelas medidas econômicas que reduziram drasticamente a massa salarial dos trabalhadores brasileiros. O processo da sua proletarianização teve impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua ampla mobilização, que culminou em várias greves estaduais entre 1978 e 1979.

O empobrecimento da carreira docente no Brasil é um fato abordado por estudiosos como Ferreira Junior e Bittar (2006) e Enguita (1991), os quais demonstram que, devido ao recebimento de baixos salários, há consequências que vão além da pauperização material. Sampaio e Marin (2004, p. 1210) indicam que a “pauperização profissional significa pauperização da vida pessoal e nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange ao acesso a bens culturais”. Ademais:

Um dos aspectos mais relevantes do processo de proletarianização vivido pelo magistério brasileiro é que ele desmistificou as

atividades pedagógicas do professor como ocupação especializada pertencente ao campo dos chamados profissionais liberais, ocorrendo, de forma acentuada, a paulatina perda do seu status social. A partir desse momento, teve início a construção da nova identidade social do professorado do ensino básico, ou seja, a de um profissional da educação submetido às mesmas contradições socioeconômicas que determinavam a existência material dos trabalhadores. Estavam plasmadas, assim, as condições que associariam o seu destino político à luta sindical dos demais trabalhadores (Ferreira Junior; Bittar, 2006, p. 1166-1167).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2021)¹, professores no Brasil recebem menos que outros trabalhadores que possuem ensino superior, em especial os docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o que provoca o desprestígio e o desinteresse pela carreira.

Para Siniscalco (2006, p. 36), a baixa remuneração dos profissionais do magistério pode ocasionar o afastamento dos jovens interessados em seguir a carreira docente, com impacto “na composição e na qualidade da força de trabalho no ensino, além de afetar a capacidade dos sistemas educacionais de recrutar indivíduos acima da média e de manter os professores mais qualificados”.

Sampaio e Marin (2004), por sua vez, asseveram que as condições econômicas e sociais brasileiras têm efeitos sobre a escola, ao torná-la frágil, insuficiente e instável, tendo em vista a precarização do trabalho docente. Elas declaram que as condições de trabalho desses profissionais se apresentam em diferentes facetas, como carga horária de trabalho e de ensino, tamanho das turmas professor/alunos, rotatividade/itinerância dos professores pelas escolas e questões sobre a carreira no magistério. Além disso, as autoras justificam os efeitos dessas condições precárias sobre as práticas curriculares.

Percebe-se, conforme o breve exposto, que pensar a educação no Brasil é revisitar uma história de desigualdades, lutas e conquistas. Para Affonso *et al.* (2021), a precarização do trabalho docente tem ocorrido ao longo do tempo e foi potencializada durante a pandemia de Covid-19. Os autores comentam que as condições de trabalho advindas desse período impactaram docentes da educação básica e superior e correspondem a uma conjuntura estrutural com baixos salários, planos de carreira desmotivadores, carga horária elevada e frequentemente composta por várias matrículas, escolas sem infraestrutura para o ensino e a permanência no próprio ambiente para estudar, preparar aulas, participar de reuniões e outras atividades, além do escasso material didático.

Com a substituição das disciplinas presenciais por aulas que utilizam ou não de TDICs, por meio do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) n. 5 (BRASIL, 2020a, p. 8), as atividades remotas passaram a ser chamadas de “não presenciais”, cuja realização:

¹ A OCDE (2021) é formada por países-membros que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, para estimular o progresso econômico e o comércio mundial.

[...] não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançadas através dessas práticas.

Como dito anteriormente, problemas e lacunas educacionais preexistentes foram potencializados com o ER e o período de pandemia, o que demonstrou o esquecimento e o sucateamento no tocante à educação, em que:

As relações entre a dificuldade de adaptação ao meio digital, sobrecarga de trabalho e a sensação de angústia são características que se entrelaçam e se reforçam, proporcionando sofrimento psíquico e não acolhimento à classe docente, num momento de dificuldade e grandes mudanças no ensino (Feuerharmel; Limberger, 2020, p. 4).

Professores precisaram dedicar um tempo maior em relação ao planejamento e à adaptação das práticas docentes para a realização de atividades remotas, devido ao manuseio das ferramentas tecnológicas, como a criação de *links* e ambientes virtuais, além das condições de acesso à internet. Para Pontes e Rostas (2020), ao longo dos anos, os docentes têm perdido as horas de descanso em função da demanda de atividades fora da sala de aula (planejamento, correção de atividades etc.), com diminuição dos momentos de ócio. Durante a pandemia, com as atividades não presenciais, as horas de trabalho se intensificaram progressivamente, em que parece haver uma perda significativa na percepção temporal que acentua quantitativamente as horas focadas no trabalho.

Nessa circunstância em que o professor precisa conciliar as vidas privada e profissional, ele ainda precisa adequar o ambiente doméstico para realizar o seu trabalho. Losekann e Mourão (2020) afirmam que, com a pandemia, potencializou-se a influência do trabalho na subjetividade pelo isolamento social, redução do espaço de lazer e relacionamento com a família, por confusão ou invasão das atividades do trabalho nesses espaços. Nesses termos, o modelo de trabalho no mundo empresarial capitalista é caracterizado da seguinte forma:

Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar *uberização do trabalho*, que se tornou um *leitmotiv*² do mundo empresarial. Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos

² Uma tradução possível para o português é “motivo condutor”.

intermitentes globais (Antunes, 2018, p. 37).

À guisa de contextualização, o professor, enquanto trabalhador, ao ter sua função “uberizada” durante a pandemia, se tornou proprietário dos meios de produção (equipamentos eletrônicos e tecnológicos), com a necessidade de arcar com os custos das aquisições para executar as atividades remotas, além de potencializar os gastos domésticos, a energia por exemplo, e não receber em contrapartida um valor adicional à remuneração. Isso desonerou os empregadores para ele se tornar responsável no que concerne ao uso das TDICs, e pelos resultados relativos à aprendizagem dos alunos.

Com os impactos da pandemia de Covid-19, apenas se evidenciou a precarização do trabalho docente, como citam Pontes e Rostas (2020, p. 285), em que se acentuou o adoecimento do trabalhador:

Há, ainda, uma forte associação entre convívio social, reclusão, sobrecarga de trabalho, horários flexíveis, mudanças na prática pedagógica ao adoecimento mental do professor. Por outro lado, o docente ocupa um papel importante na difusão e mediação do conhecimento, o seu adoecimento físico e/ou mental pode causar danos à sociedade a curto, médio e longo prazo (Pontes; Rostas, 2020, p. 285).

A crise da pandemia de Covid-19 reiterou os postulados de diversos estudos, em relação à necessidade de o Brasil investir urgentemente em escolas, nos alunos, professores e TDICs:

Os professores e alunos da Rede Pública no Brasil, possuem dificuldades financeiras em aplicar em tecnologias de ponta para o seu uso pessoal. Com o atual salário, a maioria dos professores da Educação Básica não possuem condições em instalarem na sua residência tecnologias boas como internet de banda larga, assinatura online de bons programas na sua área de formação ou TV Digital por assinatura, ou mesmo um computador que acompanhe a evolução das tecnologias (Palú; Schütz; Mayer, 2020, p. 113).

Os autores ainda destacam a fragilidade da educação brasileira, *ipsis litteris*:

Em países desenvolvidos, o professor é um dos primeiros profissionais a ter o acesso às tecnologias digitais, para oferecer mais ao aluno na aprendizagem. No Brasil, o professor e os alunos da Educação Básica sofrem por serem os últimos. Sofrem nas escolas pela péssima qualidade dos equipamentos, multimeios, internet e computadores de péssima qualidade. Além disso, sofrem nas suas residências, por não acompanharem a evolução dos equipamentos, tecnologias e a internet, pela falta de condições financeiras para adquiri-los, dificultando a pesquisa, a comunicação e a clareza dos métodos necessários para a aprendizagem (Palú; Schütz; MAyer, 2020, p. 114).

Ribeiro (2021), Moran, Masetto e Behrens (2006) asseguram que os problemas educacionais existiam e se sobressaíram na pandemia. Isso coaduna as considerações

de Santana e Sales (2020, p. 77), em que discorrem sobre as mesmas dificuldades:

A pandemia é amplificadora dessas crises, tornando-as maiores e mais complexas e, ao mesmo tempo, denunciante. Na área da educação, com o clamor pela apresentação de soluções imediatas para o desenvolvimento das ações educacionais formais em tempos de pandemia, estratégias alternativas foram ocupando espaço nas rotinas pedagógicas das escolas que precisavam acelerar para o século XXI no que diz respeito à infraestrutura física e tecnológica, mas, em sua grande maioria, permanecem nos séculos passados na dimensão pedagógica centrada na transmissão de conteúdo.

Nóvoa (2022), discorre sobre a necessidade da escola em passar por transformações. Todavia, tais necessidades, devem ser repensadas e recomeçadas de fato, a partir do modelo escolar instaurado nos últimos 150 anos, e não da escola propriamente dita. O autor adota prudência na visão otimista em relação às questões tecnológicas utilizadas no âmbito emergencial da pandemia, com cuidado sobre os “delírios futuristas”, pois as mudanças devem partir da realidade, de experiências das escolas, e principalmente, do trabalho docente.

Considerações finais

Conforme apresentado neste artigo, a educação está presente desde as origens mais primitivas, da qual sua relação com o trabalho é histórica. E a relação do homem com o trabalho, o diferencia dos demais seres vivos pela racionalidade. Saviani (2007), nos leva a compreender que a escola surge como a primeira modalidade definida como “lugar do ócio, tempo livre”, o que fortaleceu separadamente, do processo produtivo da divisão entre trabalho e educação.

Mas que com o passar dos séculos, a escola passa por mudanças, a qual a torna a principal instituição educativa, de dominação mais eficaz, e com o surgimento do modo de produção capitalista, arca com novas transformações.

Tais mudanças impactam diretamente no trabalho do professor, e o empobrecimento da carreira docente no Brasil, fato abordado por diversos estudiosos, como menciona o artigo, resultou da desvalorização, sobrecarga de trabalho, sala de aulas lotadas e o adoecimento do docente. O que foi demonstrado durante a pandemia do Covid-19, uma situação de descaso com a educação, que já acontece há tempos, e que apenas se destacou, e continua, após passado o período de pandemia.

É preciso compreender o papel da educação, ter noção de trabalho como princípio educativo e permitir uma reorganização da escola a partir da realidade e das experiências dos professores que participam ativamente na construção de um mundo mais justo.

Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina/Bauru: Praxis/Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.) **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Fernanda Paula. O existir do homem. O existir do homem. **Μετανόια**, São João del-Rei, n. 1, p. 71-74, jul. 1998/1999. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lable/revistametanoia_material_revisto/revista01/texto08_existenciahumana.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Do quadro-negro à lousa virtual: técnica, tecnologia e tecnicismo. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino**: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papirus, 2009.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/03.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n. 5, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º jun. 2020a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 jun. 2021.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FEUERHARMEL, Lilian Dalbem de Souza; LIMBERGER, Veridiana. Trabalho docente na pandemia: uma análise a partir de reportagens em mídia digital. *In*: JORNADA ACADÊMICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNISC, 12., 2020, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Unisc, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornacad/article/viewFile/20894/1192613002>. Acesso em: 6 mar. 2022.

LOSEKANN, Raquel Gonçalves Caldeira Brant; MOURÃO, Helena Cardoso. Desafios do teletrabalho na pandemia COVID-19: quando o home vira office. **Caderno de**

Administração, Maringá, v. 28, p. 71-75, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53637>. Acesso em: 6 mar. 2022.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Vol. I, Tomo 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **La ideologia alemana**. 3. ed. Montevideo/Barcelona: Pueblos Unidos/Grijalbo, 1974.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. Campinas: Papirus, 2006. (Coleção Papirus Educação, 1).

NÓVOA, António. **Escolas e professores**: proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022. Disponível em: <https://rosaurasoligo.files.wordpress.com/2022/02/antonio-novoa-livro-em-versao-digital-fevereiro-2022.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Alan; MAYER, Leandro (Orgs.). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

PIOVEZAN, Patrícia Regina. **As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal**. 2017. 224f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/148792/piovezan_pr_me_mar_parc.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 17 jul. 2023.

POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. Educação fora da caixa: as tecnologias digitais como ferramentas para o ensino remoto emergencial. *In*: LACERDA, Tiago Eurico de; GRECO JUNIOR, Raul (Orgs.). **Educação remota em tempos de pandemia**: ensinar, aprender e ressignificar a educação. 1. ed. Curitiba: Bagai, 2021, p. 133-143. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601699/2/Editora%20BAGAI%20%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Remota%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2023.

PONTES, Fernanda Rodrigues; ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, Pelotas, v. 18, p. 278-300, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923>. Acesso em: 6 mar. 2022.

ROSENFELD, Cinara. Trabalho decente e precarização. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 247-268, jun. 2011. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12660>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1223, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/t7pjz85czHRW3GcKpB9dmNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SANTANA, Camila Lima Santana e; SALES, Kathia Marise Borges. Aula em casa: educação, tecnologias digitais e pandemia covid-19. **Educação**, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 75-92, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9181>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, José Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VAL-DEMARI, Vera Teresa (Orgs.). **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SINISCALCO, Maria Teresa. **Perfil estatístico da profissão docente**. São Paulo: Moderna, 2003.